



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

O ESTADO DA ARTE SOBRE O REUNI

Carolinne Montes Baptista - UFBA

Rafaela Alves Quadros de Araújo - UFBA

Cláudia Pereira Fontes - UFBA

Ilurdes Alves Pinheiro - UFBA

Renata Meira Vêras - UFBA

Resumo:

Ao longo do século XX, surgiram movimentos que almejavam reestruturar a Universidade no mundo e no Brasil, por exemplo, o movimento da Universidade Nova e o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais). Dentre os diversos objetivos do REUNI, destacam-se a criação de estratégias para ampliação do acesso e permanência na Universidade, consolidação de políticas educacionais nacionais de expansão do ensino superior público, entre outros. Tendo em vista se tratar de um programa relativamente novo, como também tendo observado que a maioria das universidades federais aderiu ao REUNI, torna-se necessário um estudo que contemple os seus aspectos em maior profundidade. Portanto, o presente artigo apresenta um estudo do estado da arte acerca das publicações sobre o REUNI, buscando explicar tudo que vem sendo discutido no meio científico sobre o programa. A partir de uma busca em três bases de dados eletrônicas, concluiu-se que foram encontrados poucos artigos científicos sobre o REUNI que o descrevessem em profundidade, o que revela uma falta de produção científica sobre o tema. Além disso, o que já existe contempla muito pouco resultados do REUNI nas universidades, dificultando uma avaliação consistente do programa, até para justificar a sua continuidade como política permanente.

Palavras chave: REUNI; Universidade; Democratização do Acesso.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Introdução

A Universidade tem como missão a promoção e difusão da ciência, arte, tecnologia e cultura na sociedade. Por essa razão, tem uma função fundamental na formação de pessoas, podendo influenciar decisivamente a vida profissional e as concepções que irá construir sobre a vida em geral.

Além disso, segundo Melo e colaboradores (2009) a formação superior contribui na renovação social e as universidades ao assumir seu papel se transformam em vetores para concretizar mudanças sociais, como vem ocorrendo no Brasil neste terceiro milênio.

Nesse sentido, o sistema de ensino universitário deve constantemente repensar a qualidade de seus serviços e buscar um aprimoramento, adaptando-se às mudanças do mundo globalizado, sem perder o referencial de sua missão. Avanços tecnológicos, reconfigurações políticas e a globalização, são alguns exemplos de contingências que desencadearam mudanças na sociedade e conseqüentemente no sistema educacional no mundo (MACEDO *et al.*, 2013).

Para Santos e Almeida Filho (2008), a Universidade, ao longo das décadas, adentrou em algumas crises decorrentes principalmente da incapacidade em desempenhar múltiplas funções que, por sua vez, foram se remodelando ao longo do tempo. Assim, As reformas universitárias ocorreram tardiamente, atreladas às burocracias do Estado, que muitas vezes não promoviam uma verdadeira transformação, mas possibilitavam apenas uma maior autonomia administrativa e financiamento de ações.

Ao longo do século XX, surgiram movimentos que almejam reestruturar a Universidade no mundo e no Brasil, por exemplo, o movimento da Universidade Nova e o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais). Este busca uma verdadeira reforma universitária, que não se restrinja apenas a burocracias, mas que promova mudanças nas estruturas curriculares, que incentivem a interdisciplinaridade, possibilitem maior acesso a universidade e compromisso social.

Tendo em vista se tratar de um programa relativamente novo, como também tendo observado que todas as universidades federais aderiram ao REUNI, torna-se necessário um estudo que contemple os seus aspectos em maior profundidade.

Portanto, o presente artigo apresenta um estudo do estado da arte acerca das publicações sobre o REUNI, buscando explicar tudo que vem sendo discutido no meio científico sobre o tema.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Fundamentação Teórica

Surgimento da Universidade no Brasil

O surgimento da Universidade no Brasil ocorreu apenas no início do século XX, no período colonial, onde o país encontrava-se em situação de dependência econômica, política e cultural de Portugal. Esse fato fez com que o ensino superior no país avançasse muito lentamente em relação ao mundo (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

Foi somente em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, que foram estabelecidas as primeiras escolas superiores no Brasil, como as escolas de Medicina, de Engenharias e Artes Militares e as Academias Militar e da Marinha (MELO et al., 2009).

Com relação à primeira instituição de ensino superior do Brasil, há uma disputa sobre qual surgiu antes. Em 1808, foi fundada por D. João VI, na Bahia, a Escola de Cirurgia do Hospital Real Militar, que pode ser considerada a primeira instituição de ensino superior do Brasil. No mesmo ano, foi fundada uma instituição similar no Rio de Janeiro,. Depois da Independência em 1822, outras instituições acadêmicas (em Medicina, Leis, Engenharias e Belas Artes) foram estabelecidas nas principais cidades brasileiras durante o Império. Nessa fase, o monopólio Intelectual de Portugal foi substituído pelo modelo francês de liceu e école *supérieure*, em 1889, após a República. Porém, houve forte influência germânica na produção de conhecimento científico, como a famosa Escola Tropicalista da Bahia, que não por acaso se estabeleceu fora dos muros da academia (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

Em 1912, a Universidade Federal do Paraná se apresentava como a pioneira, criada mediante a união de faculdades isoladas. Já em 1921, surge a Universidade do Brasil, atual Faculdade de Medicina da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), a qual teria sido por muito tempo considerada a primeira universidade nacional. Porém já foi descoberto que os barões da borracha criaram a Universidade do Amazonas em 1909, em condições semelhantes (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

A história oficial diz que a primeira universidade brasileira, enquanto projeto acadêmico e institucional pleno, foi a Universidade de São Paulo (USP), em 1934, que trazia uma matriz de universidades européias tradicionais. Entretanto, a Universidade do Distrito Federal (UDF) – que propunha uma universidade com identidade nacional, foi considerada por vários autores como a primeira universidade realmente brasileira, fundada por Anísio Teixeira, notável pedagogo e filósofo baiano, em 1935.

Durante a ditadura militar, no governo de Getúlio Vargas, Anísio Teixeira foi refugiado no interior da Bahia. Nesse período, a educação universitária no Brasil fica



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

estagnada. Somente em 1945, quando acaba a ditadura, que foram inauguradas outras universidades, sendo a Universidade do Rio de Janeiro, a Universidade da Bahia e a Universidade de Recife. Essas universidades traziam o modelo da Universidade de Coimbra, sendo que esta tinha um dos modelos mais arcaicos dentre as instituições acadêmicas europeias, a tradição histórica da universidade escolástica. Porém, o acolhimento de importantes scholars (acadêmicos, eruditos) e artistas europeus, permitiu a superação de suas origens oligárquicas e conservadoras (TEIXEIRA, 2005).

Em 1954, aparecem as PUC e o Brasil já tinha 16 universidades (MELO et al., 2009).

Em 1960, o modelo de universidade de pesquisa científico-tecnológica chegou ao Brasil, através de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, antropólogo e também educador. Anísio e Darcy, propuseram superar as debilidades do sistema norte americano, até então vigente na Universidade Federal de Brasília (Unb), ajustando-o a realidade brasileira. Dessa proposição nasceu na UnB um programa de ensino baseado em ciclos de formação geral, organizado em centros por grandes áreas do conhecimento (RIBEIRO, 1986).

No final dos anos 60, já haviam no país 41 universidade públicas e 22 particulares (MELO et al., 2009). Após o golpe militar de 1964, o regime militar ocupou a UnB e contribuiu para que o Brasil acabasse reproduzindo a mesma estrutura administrativa e curricular européia. Logo em seguida, foi adotada uma cópia empobrecida do sistema de educação norte-americano de ensino superior (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

Em 1967, surge a iniciativa de uma reforma universitária, que encontrou resistência da oligarquia conservadora e estudantes de esquerda. Com isso, a conhecida reforma universitária de 1968 terminou distorcida e incompleta, produzindo um sistema de formação incongruente, que manteve do antigo regime, trazendo o modelo flexneriano. Porém, apesar do fracasso da reforma, houve resultados positivos, como uma rede institucional de pós-graduação, que foi implementada em 1970, viabilizando programas credenciados de treinamento e pesquisa. (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

Durante a redemocratização do Brasil (1981-1988), o sistema universitário público sofreu com a crise econômica, administrativa, social, greves de estudantes e docente (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

Em 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), houve uma expansão de instituições de ensino superior privadas, mas o aumento do número de vagas não melhorou a qualidade do ensino. Por isso, segundo o MEC, houve a necessidade de uma reforma universitária que englobasse temas como autonomia universitária, avaliação e recredenciamento periódico, tecnologia nacional e formulação de políticas públicas gerais, dentre outros. Sendo assim, FHC apoiou a nova Lei de



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Diretrizes e Bases da Educação (LDB) aprovada em 1995, que dispõe sobre as instituições que tem credenciados seus programas de pós-graduação e desenvolvem pesquisa, as quais devem ser classificadas como universidade (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

Embora nas décadas de 60 e 70, houvesse uma expansão das universidades públicas, percebe-se que esse processo de expansão ficou estagnado até a década de 90. Nesse período, a partir da LDB, a rede privada regida pelas leis do mercado expandiu, principalmente em regiões de maior concentração populacional das regiões Sul e Sudeste. Logo, a expansão das universidades privadas no Brasil cresceu desenfreadamente, chegando a totalizar 90% das instituições de ensino superior no país, transformando a educação em um serviço mercadológico e não mais um dever do Estado e direito do cidadão (MELO et al, 2009; MACEDO et al., 2013).

Observando a história da universidade no Brasil, pode-se concluir que até hoje não houve de fato uma reforma universitária que melhorasse a qualidade do ensino e promovesse os reais objetivos de sua missão.

O Projeto UFBA Nova e a Universidade Nova

Em 2007, surge novamente a intensão de uma verdadeira reforma universitária no Brasil, através de um programa de trabalho criado na UFBA, focado na reestruturação curricular. Um dos itens do programa foi chamado de UFBA Nova, fazendo referência ao movimento da Escola Nova de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira de 1920.

O projeto UFBA Nova compreendia reformas curriculares e a abertura de cursos experimentais e interdisciplinares de graduação, que poderiam ser não-profissionalizantes, com projetos pedagógicos inovadores que contemplassem as grandes áreas do conhecimento. Esses cursos promoveriam uma maior integração entre currículos de graduação e pós-graduação (PIMENTEL, 2010).

Concomitantemente, em 24 de abril de 2007, instituído pelo decreto nº 6.096, surgiu o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) do Ministério da Educação–MEC. Dentre os diversos objetivos deste Programa, destacam-se a criação de estratégias para ampliação do acesso e permanência na Universidade, consolidação de políticas educacionais nacionais de expansão do ensino superior público – abarcando pelo menos 30% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos até o final da década – e atualização de “currículos e projetos acadêmicos visando flexibilizar e melhorar a qualidade da educação superior, bem como proporcionar aos estudantes formação multi e interdisciplinares, humanista e o desenvolvimento do espírito crítico” (BRASIL, 2007, p.9).



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

O REUNI e a Expansão das Universidades

A reforma dos sistemas educacionais, desde a década de 90, vem recebendo influência significativa das propostas de reforma do Estado centradas nas ideias da Nova Gestão Pública (NGP). Isso significa que a situação do Estado vem interferindo na Educação, e que quando há uma crise no Estado os sistemas educacionais são afetados diretamente (ARAÚJO; PINHEIRO, 2010).

Com a crise mundial manifestada em 2008, o Brasil apresentava avanços econômicos e a implantação de políticas sociais mais inclusivas, já que o novo modelo de desenvolvimento adotado requeria alterações na inclusão social e na diminuição das desigualdades sociais. Na Educação, o governo reafirmou a sua responsabilidade na expansão inclusiva do ensino superior, se comprometendo a ter iniciativas concretas na ampliação de investimentos no ensino superior; e foi em 2007 que instituiu REUNI, como uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação -PDE (PRESTES et al., 2012).

O REUNI, de forma direta ou indireta se articula aos novos padrões de intervenção do Estado e o discurso da NGP. Ele surge juntamente com o movimento Universidade Nova.

Para entender o REUNI, é importante conhecer a trajetória do projeto UFBA Nova. Este projeto foi apresentado a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), em setembro de 2006, em uma reunião na Universidade Federal de Pernambuco, onde o Reitor da UFBA Naomar de Almeida Filho, comunicou ao Conselho Pleno o andamento do projeto. Este foi muito bem acolhido e recebeu o apoio de vários dirigentes (PIMENTEL, 2010).

Em outubro de 2006, a proposta da UFBA Nova foi apresentada ao MEC e no mesmo mês o Reitor apresentou mais detalhadamente a proposta, na reunião ordinária regular da ANDIFES. A partir daí, rapidamente a proposta ganhou visibilidade e em dezembro de 2006, após alguns seminários e discussões, houve a ampliação do escopo original da proposta e influenciou o projeto de governo para a educação superior incluído no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O debate e divulgação dessas ideias se deram de forma tão intensa que as minutas iniciais dos documentos preparatórios do que viria a ser o REUNI e o designavam como Programa Universidade Nova (PIMENTEL, 2010).

O REUNI foi estabelecido pelo Decreto Presidencial nº 6093/07, assinado pelo presidente Lula em Abril de 2007, fazendo parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Compreende em termos práticos, um programa de ampliação física e reestruturação pedagógica do sistema federal de educação superior concebido para duplicar a oferta de vagas públicas no ensino superior. Ele tinha a previsão de ser implantado em cinco anos, e segundo o artigo 1º e 3º do referido decreto, o Ministério da Educação deveria destinar ao Programa recursos financeiros, que seriam reservados a



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

cada universidad federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, nesses cinco anos, a contar do início de cada plano.

Tendo terminado sua implantação em 2012, o REUNI veio como um programa de apoio a expansão e reestruturação das Universidades Federais, ao encontro das expectativas dessas, que a exemplo da UFBA, necessitavam de respaldo financeiro para se renovarem, tanto no plano estrutural, quanto no plano organizacional e acadêmico. Essa ampla renovação buscava induzir eficiência na rede federal de educação superior, que se expressaria por meio de duas metas claras: ampliação do acesso, com a elevação da relação professor /aluno e aumento da taxa de diplomação dos cursos de graduação. (ALMEIDA FILHO, 2012).

De acordo ao artigo 2 do decreto, o REUNI possui as seguintes diretrizes:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

As principais alterações na estrutura curricular, postuladas a partir do REUNI, que constituem a Universidade Nova, compreendem a implantação de um regime de ciclos de educação universitária.

O primeiro ciclo compreende uma nova modalidade de cursos, chamado de Bacharelado Interdisciplinar (BI).

O segundo ciclo contempla a formação profissional específica, encurtando a duração dos atuais cursos e focalizando as etapas curriculares de práticas profissionais.

O terceiro ciclo confirma e integra a formação acadêmica em nível de pós-graduação, com cursos de mestrado e doutorado.

Apesar de ser uma política governamental, com o objetivo de reenquadrar a universidade pública no projeto de desenvolvimento social do país, por diversas razões, que requerem uma investigação mais apurada, o REUNI sofreu intensa oposição de parte dos alunos, sindicatos dos docentes, professores.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Pode-se pensar que muitos dos movimentos de oposição ao REUNI aconteceram por se tratar de um Programa com tempo definido para sua existência e em fase de implementação, o que abre um leque de interrogações sobre a sua capacidade para alterar de forma substantiva a cultura burocrática das instituições e consolidar, em seu lugar, uma cultura de resultados (PINHEIRO, 2010).

No entanto, o REUNI foi um instrumento de reestruturação das universidades, sendo o responsável pela nova etapa de expansão das IFES (instituições federais de ensino superior) e pela realização de grande parte dos investimentos e por sua reestruturação interna. A expansão universitária possibilitaria maior acesso à educação a populações excluídas dela, cumprindo seu dever democrático, mas por outro lado, reconhece-se o fato de que normalmente a expansão está ligada a interesses econômicos (PRESTES et al., 2012).

Dentro dessa perspectiva, a educação e formação do cidadão tendem a caminhar de acordo aos índices de escolaridade e alfabetização que devem ser prestados ao mercado internacional.

Sendo assim, estudos que investiguem mais profundamente a natureza de políticas governamentais e as coloque para reflexão, tornam-se relevantes para que se construa uma verdadeira democratização no ensino superior, com uma universidade para todos.

Metodologia

O estado da arte é um instrumento de pesquisa que permite o estudo sobre um determinado tema, por meio de um levantamento bibliográfico, analítico e crítico da produção acadêmica, considerando um intervalo de tempo específico (FERREIRA, 1999).

Para o estudo da arte sobre o Reuni, foi realizada uma pesquisa nas bases de dados eletrônicas da CAPES, SCIELO e Biblioteca do Conhecimento. Na base da CAPES, utilizando-se os descritores “REUNI” e “Universidad”, foram identificados 106 artigos, sendo que somente 5 estavam relacionados com a temática do REUNI. Desses 5, 4 também foram encontrados na Biblioteca do Conhecimento.

No SCIELO, utilizando os mesmos descritores, foram encontrados 8 artigos, sendo que apenas 6 tinham relação com o REUNI. Um deles foi encontrado também nas bases da CAPES e SCIELO.

A última base pesquisada foi a Biblioteca do Conhecimento, na qual foi utilizado o descritor REUNI e foram encontrados 26 artigos. Desses, apenas 5 foram utilizados. Dos 5, 4 foram encontrados também na CAPES e 1 no SCIELO.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Todas as buscas nas referidas bases foram refinadas para o idioma português. Portanto, após passarem pelo critério de exclusão, apenas 14 foram analisados para o estudo da arte.

Resultados

A realização do Estado da Arte sobre o Reuni propiciou à construção de categorias, agrupadas de acordo com os temas identificados dos artigos, com a metodologia desenvolvida, com o campo disciplinar e com o ano de publicação. Na tabela I estão descritas as categorias e subcategorias:

Tabela I

Categorias	Sub-categorias
1. Temático Conceitual	a) Política Educacional b) Democratização do Acesso
2. Teórico Metodológico	a) Pesquisa Qualitativa b) Pesquisa Bibliográfica
3. Campo Disciplinar	a) Política b) Educação c) Economia
4. Ano da Publicação	

1. Temático Conceitual

A categoria Temático Conceitual foi criada no intuito de apresentar as linhas temáticas que são tratadas no meio científico pelos trabalhos que tiveram como foco o REUNI. Dessa forma, de acordo com os trabalhos analisados, foram encontradas as subcategorias Política Educacional e Democratização do Acesso, que serão discutidas separadamente a seguir.

Tabela 2. Sub-categorias e Autores

Sub-categorias	Autores
a) Política Educacional	ANDRADE et al, 2011; LIMA et al, 2008; ARAÚJO et al, 2010; COSTA et al, 2011; COSTA et al, 2013; EMBIRUÇU et al, 2013;
b) Democratização do Acesso	PRESTES et al, 2012; BRITO et al, 2011; MELO et al 2009; LIMA, 2013; HANSEN et al, 2012; MOURÃO,2011; MARTINEZ, et al, 2010; ARANHA et al, 2012.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

a) Política Educacional

Sobre o tema Política Educacional, alguns autores dos artigos investigados argumentam que o REUNI foi criado junto com as reformas do Estado, podendo ter sofrido influência do Processo de Bolonha na Europa e do processo de mercantilização da educação superior que vem ocorrendo no mundo, onde as universidades são incentivadas a competir entre si, com seus índices de destaque.

Quanto ao processo de mercadorização, Brito e Heiden (2011) colocam que:

Embora o REUNI tenha se caracterizado como uma política de adesão, já que articulado pelo caráter de livre escolha, o conjunto de suas proposições reacendeu a discussão sobre reforma universitária e pôs em circulação um denso feixe discursivo sustentado pela lógica de que o programa se constituiria num dispositivo político que colocaria a educação superior na lógica do mercado, em acordo com a ideologia do neoliberalismo (BRITO; HEIDEN, 2011, p.3).

Já para outros autores, como Costa e colaboradores (2013), o REUNI tem sido uma política de adesão, pois tem trazido benefícios importantes para as universidades e já se vem idealizando a possibilidade de que se torne uma política permanente .

Para entender como se deu a criação da proposta do REUNI e compreender os seus aspectos políticos, é importante conhecer a sua relação com a conjuntura internacional de ensino superior, bem como alguns aspectos legais.

Quanto aos aspectos legais de seu surgimento, o REUNI faz parte do Plano Nacional de Educação (PNE), que idealizava a educação como direito de todos e um fator de desenvolvimento social e econômico no país, além de ser um instrumento de combate à pobreza e de inclusão social, sendo que incluiu o REUNI como um dos seus principais "mecanismos"/programa de mudança, visto que este visava a melhoria das Universidades em vários aspectos. Esse plano foi sancionado em 2001 pela Lei 10.172 e assumiu responsabilidades financeiras que não condiziam com a realidade do país, visto que o PIB na educação era na ordem de 4% e para se alcançar as metas do PNE(Plano Nacional de Educação), era necessário um investimento na ordem de 10% do PIB. Com isso, surgiu uma necessidade de reconfiguração do ensino superior no País que seria embasada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e aí é que surge a inclusão do REUNI (COSTA et al, 2011; ANDRADE et al, 2011).

Caracterizado como uma Política Educacional, o REUNI, diante da crise e reforma do Estado e os novos paradigmas da gestão, foi considerado por alguns autores como um novo padrão de intervenção do Estado, sintonizado com o discurso da Nova Gestão Pública. Esta nova Gestão visa reinventar a administração pública de modo a



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

garantir uma maior equidade, controle de gastos, melhoria da eficiência e produtividade. No Brasil, o cenário da crise, a forma burocrática de administrar o Estado geraram algumas mudanças, no que tange os sistemas educacionais. As diretrizes estabelecidas para o REUNI apresentam uma sintonia com as propostas de inovações gerenciais de reforma do Estado, uma vez que o REUNI é um programa que contribui para que as instituições de ensino superior federais repensem suas práticas de gestão, de modo a garantir que as demandas atuais da sociedade sejam efetivamente alcançadas. Ele se encontra diretamente ligado à Nova Gestão Pública, pois tenta dar respostas à crise do sistema de ensino superior brasileiro (ARAÚJO; PINHEIRO, 2010).

No que diz respeito à conjuntura internacional de seu surgimento, cabe mencionar que as propostas de reforma do Estado em muitos países surgiram para dar conta de demandas cada vez mais complexas, exigidas pela sociedade globalizada (LIMA, 2013; ARAÚJO; PINHEIRO, 2010).

O paradigma de universidade na Europa vem sendo substituído por um paradigma empresarial, que está refletindo também no modelo brasileiro de educação superior. Essas mudanças têm afetado a liberdade acadêmica e a autonomia institucional, que são encaradas como obstáculos à lógica empresarial, e consideradas como técnicas de gestão, subordinadas ao novo paradigma da educação contábil. Isso tem levado a avaliação do ensino baseada apenas em dimensões mensuráveis, baseada em dados contáveis, medição de resultados, procurando identificar as imperfeições e subjetividades. O conhecimento das pessoas e dos contextos é considerado um obstáculo à avaliação. Isso revela uma avaliação positivista, tecnocrática, na qual a realidade é vista como independente dos seus atores. Mostra-se então, uma natureza política reguladora de avaliação do ensino superior, onde aparece a competitividade e a standardização, que servem aos propósitos dos novos modos de regulação emergentes, induzidos pela reforma do Estado. Para a realização dessas avaliações, foram criadas agências de avaliação de “garantia de qualidade”, previstas pela ENQA, as quais devem garantir confiança e não ser orientadas para obtenção de lucros, numa lógica de mercado (LIMA et al, 2008).

No Brasil, as reformas universitárias ocorridas na recente história das políticas públicas, foram fundamentadas na política externa, ou seja, por modelos estrangeiros, a exemplo da reforma de 1968, que sofreu influência da universidade norte-americana e da reforma dos anos 90, inspiradas no liberalismo ortodoxo do Banco Mundial. Já no século XXI, a tendência é que os movimentos se inspirem no Processo de Bolonha, que foi uma meta-política de Estado, iniciada em 1999, de construção de um espaço na educação superior na Europa até o ano de 2010, cujo objetivo é o ganho de competitividade do sistema europeu de ensino superior, harmonizando currículos, diplomas, graus acadêmicos reconhecíveis por todos os estados membros da União Européia (LIMA et al., 2008).



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

A proposta da Universidade Nova no Brasil, também implica na transformação da arquitetura acadêmica das universidades públicas, na busca pela superação de desafios e na correção de imperfeições. Pretende-se construir um modelo compatível com o modelo Norte-Americano (de origem flexneriana) e o Modelo Unificado Europeu (processo de Bolonha), sem caracterizar igualdade ou submissão a esses modelos universitários (LIMA et al, 2008; ANDRADE, et al, 2011).

Para Lima (2008), o REUNI possibilitou a materialização da Universidade Nova e tem sido uma forma de estimular a concorrência entre as universidades federais, como uma competição de regularidades e de busca de identidade ao modelo sugerido pelo MEC, já que o REUNI condiciona o financiamento ao cumprimento de metas previamente acordadas. No artigo 6º do decreto aparece que “se a proposta de adesão ao REUNI for aprovada pelo MEC, dará origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento de etapas.”

Portanto, o REUNI estaria limitado à previsão orçamentária concedida, não havendo garantia de efetividade, da continuidade e do cumprimento de desembolsos acordados (LIMA et al., 2008).

Outro ponto discutido pelo mesmo autor é que a Universidade Nova reaproxima o modelo brasileiro do norte-americano (não implantado na reforma de 1968), tendo sido um modo de afastar das tendências ao modelo do Processo de Bolonha, sem precisar ter a estrutura de graduação norte-americana e sem a necessidade de colocar a formação profissional na graduação, como ainda ocorre na Europa. Com isso, as universidades públicas brasileiras correm o risco de se transformar em Liberal Arts Colleges, deixando de alcançar o padrão de qualidade das universidades de primeira linha dos Estados Unidos (LIMA et al, 2008).

Quanto a esse aspecto, Almeida Filho, 2007 escreve:

Nos Estados Unidos, a educação fundamental e média, desde o início do século XX, é gratuita e universalizada. A elite brasileira critica a *high-school* americana por ser mais fraca que o nosso padrão do ensino médio. Este é um equívoco, pois se compara um sistema público de educação (o norte-americano) com uma elite de escolas privadas, especialistas em preparar jovens para ingresso em universidades públicas (brasileiras). O aluno norte-americano entra na universidade para um período de formação científica e cultural no *undergraduate college*, e só depois tem acesso a cursos de mestrado ou doutorado, definidores de profissões (ALMEIDA FILHO, 2007).

Na direção de apontar os benefícios do REUNI, os gestores da DIFES (Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior) afirmam que a expansão por meio do Reuni tem sido positiva, pois o programa deu



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

diretrizes para o desenvolvimento institucional, na direção de melhorar o processo formativo de forma a atender melhor as expectativas do aluno e do mercado que irá absorvê-lo. Além disso, o REUNI contribuiu com suas diretrizes no desenvolvimento da educação no país como um todo, pois ao crescer as universidades federais, cresce o processo de formação em todos os níveis e ao haver a articulação entre ensino Básico, Graduação e Pós-Graduação, também (COSTA et al, 2013).

Outro aspecto discutido pelos autores analisados foi que o REUNI possibilitou uma melhor organização das universidades, por terem de planejar e prever suas ações, preocupando-se com o preenchimento das vagas ociosas, bem como com a diminuição da evasão (COSTA et al., 2013).

Os diretores das universidades UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul), também apontaram aspectos positivos e aprovaram a reestruturação por meio do REUNI, alegando que o programa deveria se tornar uma política permanente, partindo-se imediatamente para o REUNI 2. Segundo eles, o REUNI influenciou a região onde foi inserido, desempenhando um papel importante no seu desenvolvimento e o financiamento recebido tem ajudado muito na expansão e reestruturação das duas universidades (COSTA et al., 2013).

Sendo assim, o REUNI tem trazido algumas discussões sobre sua verdadeira eficácia, mas ainda são muito poucas as referências científicas produzidas sobre os seus resultados, ficando inconsistente qualquer afirmação negativa a seu respeito sem comprovação concreta de seus malefícios. Os poucos trabalhos encontrados sobre resultados do REUNI, revelam indicadores positivos. O principal indicador apontado como positivo tem sido a democratização do acesso.

b) Democratização do Acesso

Nos últimos 40 anos, a educação passou a ser considerada um dos principais pilares para a ascensão social, fazendo com que a busca pelo terceiro grau aumentasse substancialmente. Essa busca levou a uma preocupação do governo federal com os indicadores em relação a essa temática (MELO et al., 2009).

O grande aumento no número de matrículas no ensino superior, a nível mundial e no Brasil, vem acompanhado de uma série de fatores que influenciaram o seu crescimento. Dentre eles, Rossato (2005) destaca a chegada da classe média na Universidade; a explosão demográfica; a expansão do ensino secundário; e o ingresso da mulher na universidade. A chegada da classe média na Universidade ocorre nos países mais ricos, como um meio de manter um *status quo* e assumir papéis e funções na sociedade moderna.

A explosão demográfica se destaca na América Latina e na África, onde o esforço do poder público para ampliar as vagas no ensino superior tem sido grande, essa



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

expansão ocorre, em certo ponto, pelos investimentos feitos pelos governos estadual, municipal e federal (MELO et al. , 2009).

Para Melo e colaboradores (2009), a expansão da educação superior no Brasil se fundamenta em três momentos importantes: 1º) a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996; 2º) o lançamento do Plano Nacional da Educação (PNE), em 2001; 3º) o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007. Neste último momento, com o PDE, o governo federal instituiu cinco programas que são considerados os pilares para a democratização do acesso ao ensino superior: 1º) o REUNI; 2º) o Programa Universidade para Todos PROUNI; 3º) a Universidade Aberta do Brasil – UAB; 4º) o FIES – Fundo de Investimento dos Estudantes de Ensino Superior; 5º) Institutos Federais.

Este autor afirma que os programas desenvolvidos pelo governo para atender à demanda reprimida na educação superior e promover a democratização do acesso à universidade, está obtendo sucesso. No entanto, para dar conta das demandas exigidas pela sociedade na educação superior, é necessário muito mais do que tem sido feito, principalmente no que se refere a aplicação de recursos, pois para democratizar o acesso à educação superior, é necessário se fundamentar no desenvolvimento da autonomia, da cidadania participativa e cosmopolita e para o fortalecimento das práticas democráticas, que configuram as bases de um Estado Democrático de Direito (HANSEN et al, 2012).

Segundo Lima (2013), este estado de direito democrático se constrói com uma educação de qualidade desde a infância, promovida em sua totalidade para todos os cidadãos. Mas isso não poderá ser conquistado por concessão, uma vez que não será a elite que promoverá essa mudança, e sim a sociedade como um todo.

No que se refere ao estado democrático e uma educação de qualidade, Hansen e colaboradores (2012) propõe a construção de um espaço público que consiste em um processo de mediação através da discussão, para se chegar ao consenso sobre diversos assuntos públicos, por meio do diálogo.

O REUNI, através de suas diretrizes, tem contribuído para a construção do espaço público democrático na universidade. A partir da expansão de vagas, principalmente as noturnas, os jovens e adultos passam a ter maior possibilidade de ingresso no ensino superior, especialmente os que trabalham durante o dia. A mobilidade estudantil permite que os indivíduos tenham contato com diversas áreas do conhecimento de forma dinâmica, ampliando o contato social com diferentes realidades, o que repercute em uma maior visão de mundo. Os programas de inclusão social e assistência estudantil oferecem certo suporte aos estudantes para sua permanência e um melhor desenvolvimento acadêmico. A articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica, permite que o processo formativo se dê de forma mais integrada, contínua e em menor tempo.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

As instâncias em que o REUNI pode atuar para atingir essas diretrizes, perpassam pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão na universidade, pois segundo Hansen e colaboradores (2012), através delas é possível estabelecer uma instância pública de fato, onde os indivíduos podem “ser”, compreendendo a importância de “ser” com “outros”, dentro da perspectiva do “todo social”.

Um dos mecanismos utilizados pelo REUNI para alcançar uma democratização do acesso às universidades foi a ampliação do número de universidades federais, de campi e interiorização das instituições. Essa medida tinha o intuito de atender uma maior parcela da população. Quanto a este objetivo, muitos autores afirmam que estão sendo alcançados, que a expansão está de fato ocorrendo, com um aumento visível no número de instituições e vagas (COSTA et al, 2011).

Na tabela abaixo, alguns autores trazem dados referentes ao aumento do número de vagas em algumas universidades:

Tabela 3. Índice de aumento no número de vagas

Autores	Universidade	Aumento no nº de vagas
PRESTES <i>et al</i> , 2012	UFPB	2009-2010 Aumento de 1.235 vagas
ARANHA <i>et al</i> , 2012	UFMG	2010 Aumento de 1.236 vagas
COSTA <i>et al</i> , 2011; COSTA <i>et al</i> , 2013	UFSC	2006-2010 Aumento de 2.101 vagas

O aumento do número de vagas deve seguir parâmetros que permitam a manutenção e a ampliação do padrão de qualidade do ensino superior público. No entanto, para alguns autores, isso não tem sido possível dentro dos parâmetros do REUNI (MARTINEZ; TONEGUTTI, 2010).

Nesse aspecto, Mourão (2011) coloca que a Medida Provisória 525 (convertida na lei nº12.425/2011), que modificou a Lei nº 8745/93, ampliando a contratação temporária de professores substitutos, foi aprovada para suprir a enorme demanda gerada pelo REUNI, tem contribuído para o aumento nas universidades do “professor precário”, já que o professor substituto não possui os compromissos e vantagens de uma carreira funcional. A ampliação na contratação desses professores tem sido utilizada como instrumento para dar impulso à expansão, mas tem contribuído para agravar a precarização do trabalho docente.

Segundo o mesmo autor, deveria ter se pensado e estruturado a contratação de professores efetivos, já que a contratação de professores substitutos deve ser só em



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

casos de “necesidade temporária de excepcional interesse público”, que demandam contratação urgente, como diz a LEI nº8745/93. Só que o termo “excepcional interesse público” tem sido usado como alibi para justificar a contratação temporária de forma ampla e irrestrita de servidores, ferindo a constituição. A expansão universitária não é algo temporário, de forma que a necessidade de novos professores também não é.

Por outro lado, também foi verificado que em outra instituição (UFPB) houve aumento do número dos professores efetivos em detrimento dos substitutos com o REUNI, isso porque a universidade almejava não só a expansão, mas também a qualidade de ensino. (PRESTES et al, 2012)

Nesse contexto, Embiruçu (2010), propõe a criação de um indicador de avaliação docente (IAD), para ser utilizado na avaliação do desempenho de docentes em Instituições de Ensino Superior, por considerar de relevante importância saber como está o desempenho desse profissional frente aos indicadores do REUNI, para sua ampliação no nível individual do docente.

Esse tipo de iniciativa pode auxiliar na avaliação dos docentes quanto ao cumprimento das propostas do REUNI, bem pode ser uma ferramenta importante para verificar a qualidade dos profissionais que estão sendo contratados para atender as demandas do REUNI.

Para justificar a implantação da Universidade Nova foi argumentado que havia a necessidade de equiparar o modelo brasileiro de ensino superior com os modelos americano e europeu, para facilitar a internacionalização. Outro ponto utilizado como justificativa foi que os alunos são obrigados a escolher precocemente a profissão, sem passar por um primeiro ciclo de formação geral, o que aumenta o número de evasões das IFES, e com a Universidade Nova, pelo fato do aluno ter mais tempo para realizar a escolha por uma profissão, com os BI, essa evasão diminuiria (MARTINEZ; TONEGUTTI, 2010)).

No entanto, Martinez e Tonegutti (2010), afirmam que isso é uma falácia, pois não há evidências concretas de pesquisas sobre evasão que apontem esse fato. A dificuldade em acompanhar os cursos, estariam relacionadas a baixa qualidade do ensino médio.

A interiorização das universidades também pode acarretar em dificuldade de ocupação das vagas disponibilizadas, pois muitas das universidades novas estão inseridas em regiões historicamente excluídas do direito ao ensino superior, o que acarreta a necessidade de um grande esforço por meio de várias chamadas para se ocupar as vagas existentes (COSTA et al, 2011).

A proposta do REUNI, no que diz respeito à recuperação do orçamento das universidades federais, a falta de investimentos levou as universidades a não atingirem as metas propostas. Houve a expansão das universidades federais, mas não aconteceu a



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

reestruturação universitária, com contratação de novos servidores e ampliação da infraestrutura universitária (MOURÃO, 2011).

De acordo com Lima (2013), o crescimento de 20,4% de matrículas em cursos presenciais trouxe um custo de salas superlotadas, alocação de recursos insuficientes para a continuidade de expansão, sendo que a contenção do acesso as instituições superiores, principalmente das universidades públicas, ainda acontece no Brasil, como consequência de um processo anterior ao vestibular.

As críticas sobre o REUNI foi um aspecto destacado na análise desse estudo. Esse programa foi descrito como uma ameaça à qualidade do ensino superior e como ineficaz na promoção da democratização do ensino superior, na reestruturação universitária, dentre outros,

Martinez e Tonegutti (2010) afirmam que atingir a meta do REUNI de aumentar o nível de diplomação para 90% é impossível para a realidade educacional brasileira e inclusive dos países desenvolvidos, que não atingem a meta da OCDE bem como a meta de atingir a relação professor /aluno de 18 para 1. Isso poderia levar a um grande número de alunos na sala de aula por professor e diminuir a qualidade do ensino.

Quanto a impossibilidade de aumentar o nível dos diplomados, Costa e colaboradores (2013) mencionam que a DIFES garante que a taxa de conclusão de curso de 90%, no entanto, isso não significa que as universidades terão de aprovar 90% dos alunos matriculados, como vem sendo insinuado maliciosamente. A fórmula que se calcula a taxa mostra isso. O cálculo não é baseado na formação, mas nos concluintes e ingressantes.

Os mesmos autores colocam que quanto à meta de 18 alunos por professor, a DIFES afirma que está coerente com a meta da OCDE, que é próxima desse valor, uma meta mundial. Caso seja necessário, o governo brasileiro tem condições de realizar concursos e aumentar o quadro de docentes nas universidades, o que já tem acontecido.

Quanto a reestruturação das universidades, Costa e colaboradores (2013) constatam que houve um avanço tanto na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), quanto na criação de 14 universidades, como a Universidade Federal de Fronteira Sul (UFFS).

Por outro lado, Martinez e Tonegutti (2010) criticam que os Bacharelados Interdisciplinares tornam as Universidades Federais menos atraentes para aqueles que têm potencial e não desejam passar por um curso genérico de 2 a 3 anos antes que ingressar num curso profissional, o qual já está definido. Também se tem afirmado que a reestruturação veio para atender a metas de cobertura educacional impostas por organismos internacionais a custo reduzido, sem se importar com a sua repercussão na qualidade de ensino.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Sendo assim, é fato que algumas universidades vêm expandindo, algumas com maior e outras com menor qualidade. As críticas ao REUNI ainda são reflexões sem uma comprovação de resultados baseados em indicadores negativos, sendo portanto muito frágeis. Daí a necessidade de se pesquisar as repercussões do REUNI nas universidades brasileiras com consistência.

2. Teórico Metodológico

Nessa categoria, serão analisados quais os percursos teóricos metodológicos utilizados pelos autores que discutiram sobre o REUNI. Os resultados apontam que os métodos mais utilizados pelos autores foram a pesquisa qualitativa, seguido de revisão bibliográfica e análise documental, conforme tabela abaixo. Dos artigos que utilizaram pesquisa qualitativa, 3 foram elaborados embasados na análise de caso específica de algumas Instituições de Ensino Superior que aderiram ou surgiram a partir do programa de reestruturação das universidades – como no caso da UFPB, UFPEL, UFSC (PRESTES et al., 2012; BRITO; HEIDEN, 2011; COSTA et al., 2013). A análise dos pesquisadores nos artigos, permitiu o surgimento de pontos de vista a favor e contra o REUNI. A revisão bibliográfica realizada por ANDRADE et al, 2011; LIMA et al, 2008; HANSEN et al, 2012; ARAÚJO e PINHEIRO, 2010; MELO et al, 2009; LIMA, 2013) explicava o que é o REUNI, em que contexto ele surgiu, o que se esperava do programa e a análise crítica do que outros autores afirmam.

3. Campo Disciplinar

A categoria campo disciplinar refere-se à área do conhecimento predominante nos artigos, que configura pontos de vista para discutir o REUNI. As áreas identificadas foram Educação, Política e Economia. O REUNI visto como um programa que interfere na qualidade do ensino, encaixando-se no campo da educação (MELO et al., 2009; BRITO; HEIDEN, 2011; HANSEN et al, 2012; MARTINEZ, TONEGUTTI, 2010; EMBIRUÇU et al, 2013; MELO et al. , 2009; MOURÃO, 2011; PRESTES, 2012; ARANHA et al., 2012); como uma política de governo, com suas implicações jurídicas, inserindo-se no campo da política (ANDRADE et al, 2011; ARAÚJO , PINHEIRO, 2010; COSTA et al, 2011; COSTA et al., 2013; EMBIRUÇU et al, 2013); ou como um programa que segue a lógica do mercado mundial (LIMA et al., 2008).

4. Ano de Publicação



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Quanto ao ano de publicação dos artigos, os resultados apontam que a maioria foi publicada em 2011 (ANDRADE et al, 2011; COSTA et al, 2011; BRITO e HEIDEN, 2011; MOURÃO, 2011). Em 2010 tiveram 4 publicações (MARTINEZ, ; TONEGUTTI, 2010; ARAÚJO e PINHEIRO, 2010). Apenas uma em 2008 (LIMA et al., 2008), e uma em 2009 (MELO et al., 2009). Três em 2012 (ARANHA et al., 2012; HANSEN et al., 2012; PRESTES et al., 2012). Em 2013 foram publicados dois trabalhos (COSTA et al., 2013; EMBIRUÇU et al., 2013).

Observa-se que pelo fato do REUNI ser um programa recente e não-permanente, com duração de 5 anos, ainda houve tempo para produção acerca dos seus resultados. Apenas 1 artigo foi mais descritivo dos resultados do REUNI.

Conclusão

O estado da arte sobre o REUNI possibilitou levantar todos os artigos científicos publicados sobre o tema no Brasil e traçar uma visão geral do programa, desde a sua construção em 2006, até o seu término em 2012, pontuando as suas metas, o panorama político de seu surgimento e algumas observações ainda meio tímidas sobre os seus benefícios e malefícios.

Os temas centrais dos artigos, que foram nomeados em categorias temáticas, giravam em torno do REUNI como uma política educacional de governo temporária, que faz parte do PDE e que tem como meta principal a expansão das universidades federais de forma democrática.

Quanto aos objetivos do REUNI e a finalidade de sua implantação, alguns autores observam que o programa veio para atender as exigências internacionais do mercado global e que tem um objetivo meramente material de aumentar o número de alunos nas universidades federais, sem se preocupar com a qualidade do ensino superior, como é o caso de Lima e colaboradores (2008); Martinez e Tonegutti (2010); Mourão (2011); Brito e Heiden (2011).

Outros autores MELO et al., (2009); COSTA et al,2013; PRESTES et al., 2012; HANSEN et al, 2012, já veem o REUNI como um programa efetivo, que vem alcançando a meta de expansão universitária com qualidade e que afirmam que ele deveria se tornar uma política permanente e vir junto com a construção de um espaço público.

No total da pesquisa nas bases de dados eletrônicas, foram encontrados poucos artigos científicos sobre o REUNI que o descrevessem em profundidade, o que revela uma falta de produção científica sobre o tema. Além disso, o que já existe contempla muito poucos resultados do REUNI nas universidades, ficando difícil fazer uma avaliação consistente do programa, até para justificar a sua continuidade como política permanente.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Por fim, a análise realizada acerca dos estudos sobre o REUNI leva a considerar o fato de que este programa pode ser considerado positivo como auxílio para melhoria das universidades federais, mas não resolve a complexidade dos problemas da educação superior brasileira, no entanto, pode indicar um começo para novas medidas que virão e beneficiarão a educação superior brasileira.

Referências

ANDRADE, D.C.T.et al. A Gestão Pública e o REUNI: Entre o Social e o Gerencial. **Unincor**. Três Corações, MG, v.9, nº2, 2011.

ARANHA, A.V.S.; PENA, C.S.; RIBEIRO, S.H.R. Programa de Inclusão na UFMG: o efeito do bônus do REUNI nos quatro primeiros anos de vigência- um estudo sobre acesso e permanência. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.28 , nº.4 , 2012.

ARAÚJO, M.A.D.; PINHEIRO, H.D. Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI. **Ensaio**, Belo Horizonte, v.18, nº69, p.647-668, out/dez, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal da Bahia. **Plano de Expansão e Reestruturação da Arquitetura Curricular na Universidade Federal da Bahia**: Termo de Referência. Salvador, 28 jul.2007.BRITO, E.; HEIDEN, R. **Entre a Reestruturação e a Expansão das Universidades Federais: movimentos que singularizam a travessia na UFPEL**. Pelotas, RS, 2011.

COSTA, D.M. et al. **Aspectos da Reestruturação das Universidades Federais por meio do REUNI – um estudo no estado de Santa Catarina**. **Revista Gual**, Florianópolis, SC, edição especial, p. 01-24, 2011.

COSTA, D.M.; COSTA, A.M.; BARBOSA, F. V. Financiamento público e expansão da educação superior federal no Brasil: o REUNI e as perspectivas para o REUNI 2. **Revista Gual**, Florianópolis, SC, v.6, nº1, p.106-127, jan.2013.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

EMBIRUÇU, M.; FONTES, C.H.; KALID, R. A. Um modelo para o dimensionamento do corpo docente para o apoio à tomada de decisão no planejamento de instituições de ensino superior. **Produção**, v.23, nº1, p.189-204, jan./mar.2013.

FERREIRA, N. S. A. **Pesquisa em leitura: Um estudo dos resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil, de 1980 a 1995.** Tese de doutorado, Faculdade de Educação da UNICAMP. Campinas, 1999.

HANSEN, G.L. et al. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: Cinquenta anos de um texto atual e multifacetado.** *Revista Problemata*, v.3, nº2, p.101-126, 2012.

MACEDO, B.T.F; VERAS, R.M; LEMOS, D. A Trajetória da Criação dos Bacharelados Interdisciplinares na Universidade Federal da Bahia. **Revista Avaliação**, Campinas, 2013.

MELO, P. A.; MELO, M. B.; NUNES, R.S. **A Educação à Distância como Política de Expansão e Interiorização da Educação Superior no Brasil.** *Revista Ciências da Administração*, v.11, nº24, p.278-304, maio/ago, 2009.

LIMA, L.C.; AZEVEDO, M.L.N.; CATANI, A.M.C. **O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova.** *Revista Avaliação*, Campinas, SP, v.13, nº1, p. 7-36, marc.2008.

LIMA, P.G. **Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras.** *Revista Avaliação*, Sorocaba, SP, v.18, nº1, marc.2013.

MOURÃO, P.A.L. **Análise da Medida Provisória 525/2011: ampliação da contratação temporária de professores substitutos e “precarização” do trabalho docente nas universidades federais.** *Revista Eletrônica do curso de direito de UFSM*, v.6, nº3, 2011.

PIMENTEL, A. et al. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Bacharelados Interdisciplinares: projeto pedagógico.** Salvador, 2008. Disponível em:



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

<http://cacetufba.files.wordpress.com/2009/10/projetobicompleto.pdf>.PROJETO - acesso em 12 de Dezembro de 2012.

PRESTES, E.M.T.; JEZINE, E.; SCOCUGLIA, A.C. **Democratização do Ensino Superior Brasileiro: O caso da Universidade Federal da Paraíba**. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, PT, nº21, 2012.

RIBEIRO, D. **Universidade para quê? Brasília**: Editora UnB, 1986.

SANTOS, B. S; ALMEIDA FILHO, N.A. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra, 2008.

ROSSATO, R. **Universidade: nove séculos de história**. 2ªed.Passo Fundo: UPF, 2005.

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2005.

TONEGUTTI, C; MARTINEZ, M. **A Universidade Nova, o Reuni e a queda da universidade pública, 2010**.